

ATA Nº 1/2013

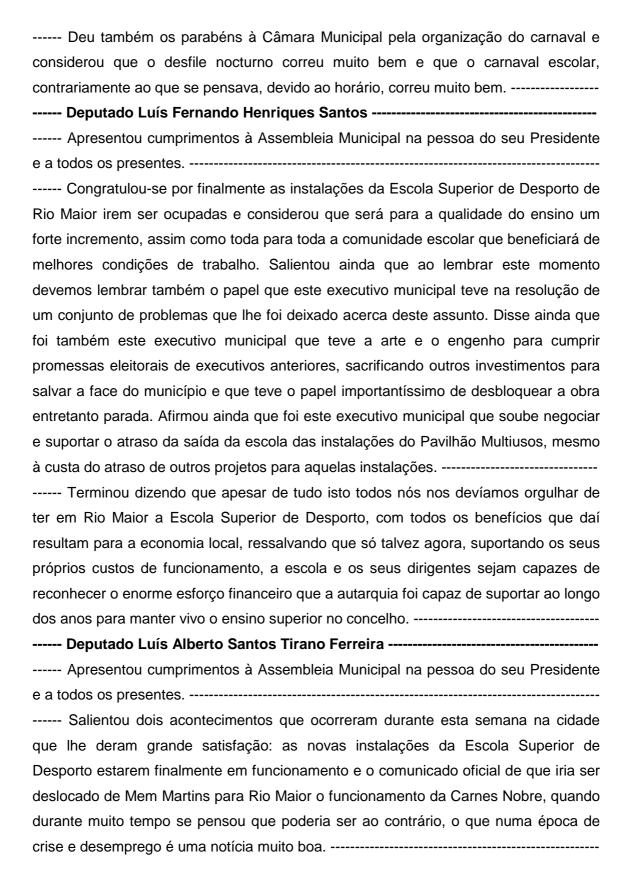
SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2013

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, no Auditório da
Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança.
Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto
e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da
Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura
Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os
Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara
Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto
Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Fróis Figueiredo e Silva e Guilherme Filipe
Salgado Gaboleiro
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS
Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia
Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Rui Miguel Costa e
Silva, Jacinto Madeira Correia e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se à
substituição desta última
Pelas quinze horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o
Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo
1)
PONTO PRÉVIO
APROVAÇÃO DE ATAS
Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 8/2012 referente à sessão ordinária
de 22 de dezembro
Aprovada a ata n.º 8/2012 por maioria dos presentes com 29 votos a favor e 3
abstenções
CORRESPONDÊNCIA
Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e
expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2
Presidente da Assembleia Municipal
Iniciou por explicar que a razão do atraso do início dos trabalhos se deveu a
tentativa de haver consenso, por parte dos líderes dos grupos municipais, acerca das

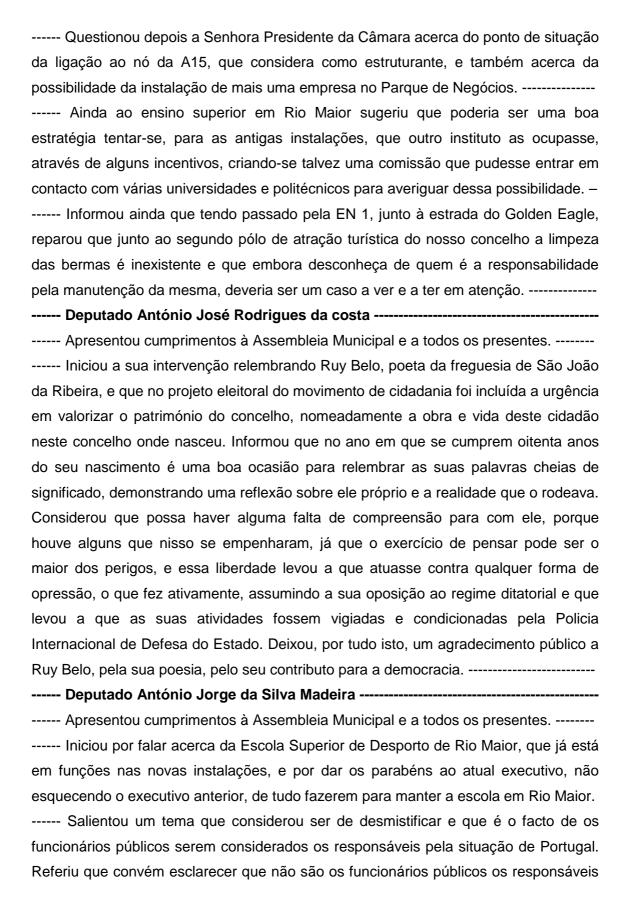


moções e recomendações apresentadas à Mesa antes do início da sessão, consenso
esse que foi possível relativamente a três das moções, com alterações de texto, e que
não foi possível relativamente a outras duas. Considerou este exercício de se tentar
encontrar consensos salutar, mas, voltou a referir, que seria melhor conseguido se as
moções fossem remetidas à Mesa com dois ou três dias de antecedência e os líderes
nos dias das sessões se reunissem meia hora antes do início dos trabalhos
Foram apresentadas cinco moções, pelo Primeiro Secretário forem lidas três e
pelo Presidente da Mesa as restantes duas (anexo 3)
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período
Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de
Junta de Freguesia:
Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz
Deputado Luís Fernando Henriques Santos
Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira
Deputado António José Rodrigues da costa
Deputado António Jorge da Silva Madeira
Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
Deputado Vítor António Duarte Santos
Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira
Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis
Deputado António Manuel da Silva Moreira
Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz
Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente
e a todos os presentes
Interveio para informar que finalmente foram iniciadas as obras do Centro
Pastoral de Assentiz, que é composto pela casa mortuária, sanitários e salas de
catequese. Mais informou que já estão numa fase avançada e, em nome da Junta de
Freguesia e da população, agradeceu à Câmara Municipal de Rio Maior o seu apoio
na elaboração dos projetos, porque sem este não teria sido possível o
desenvolvimento desta obra, dizendo ainda esperar poder continuar a receber o apoio
necessário nos materiais e verbas

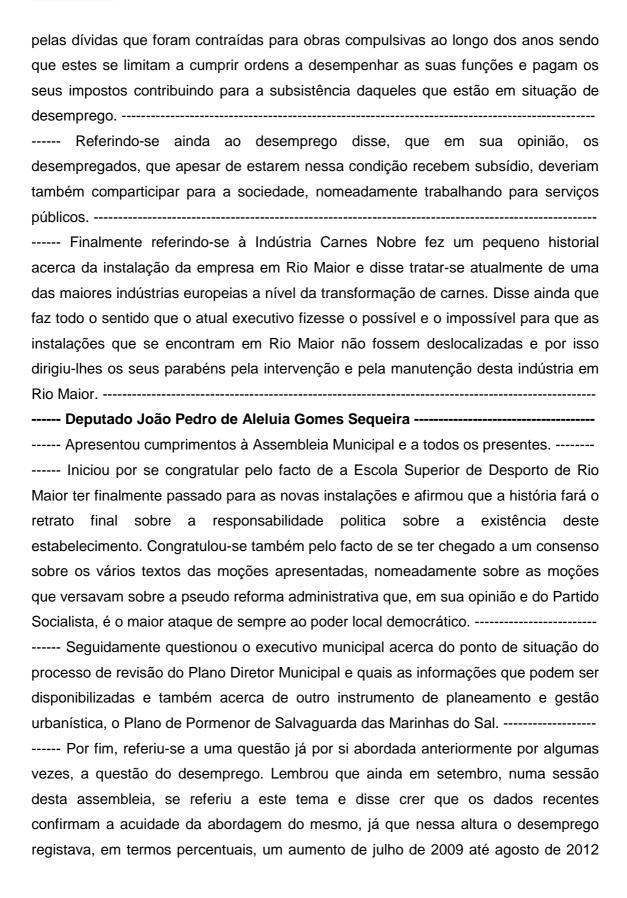




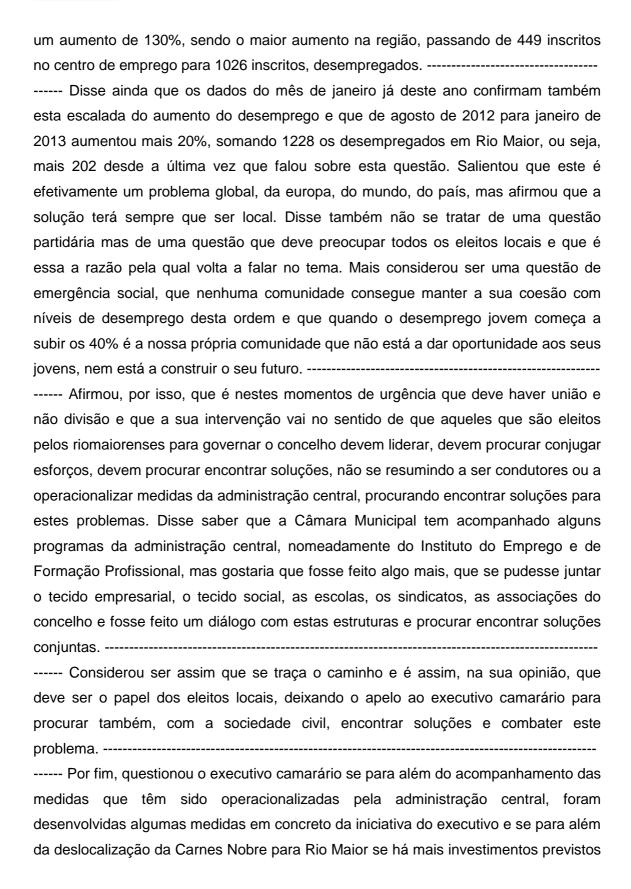




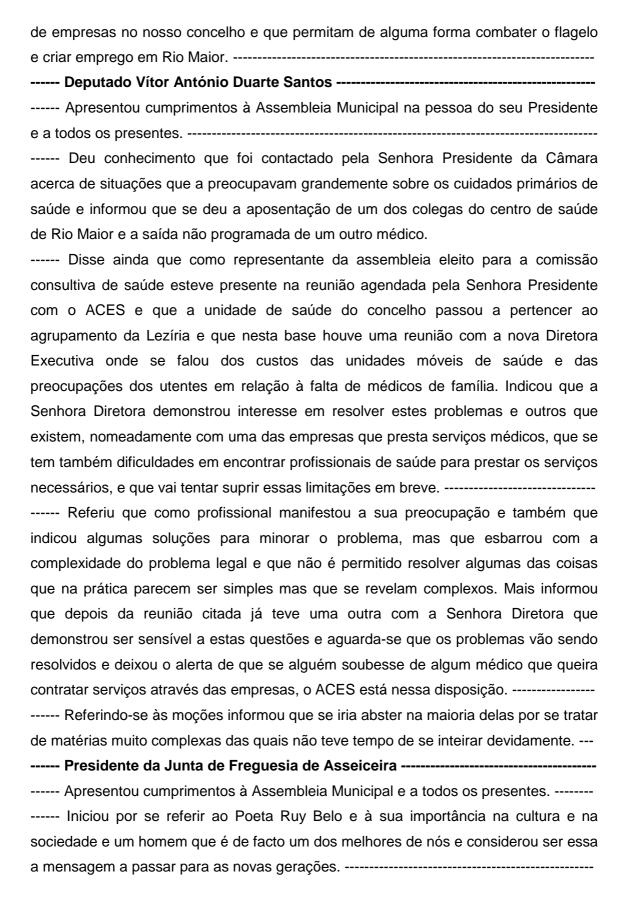




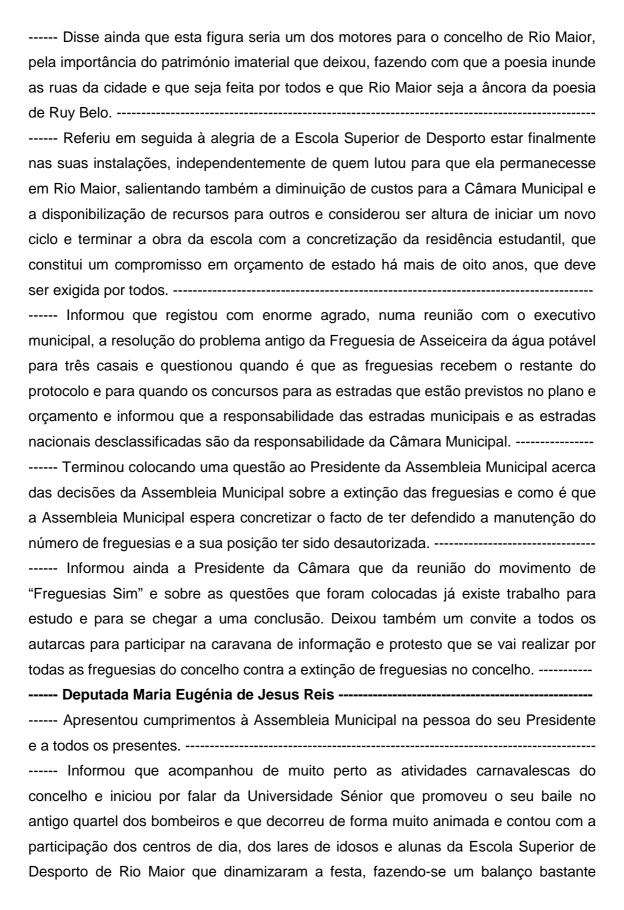




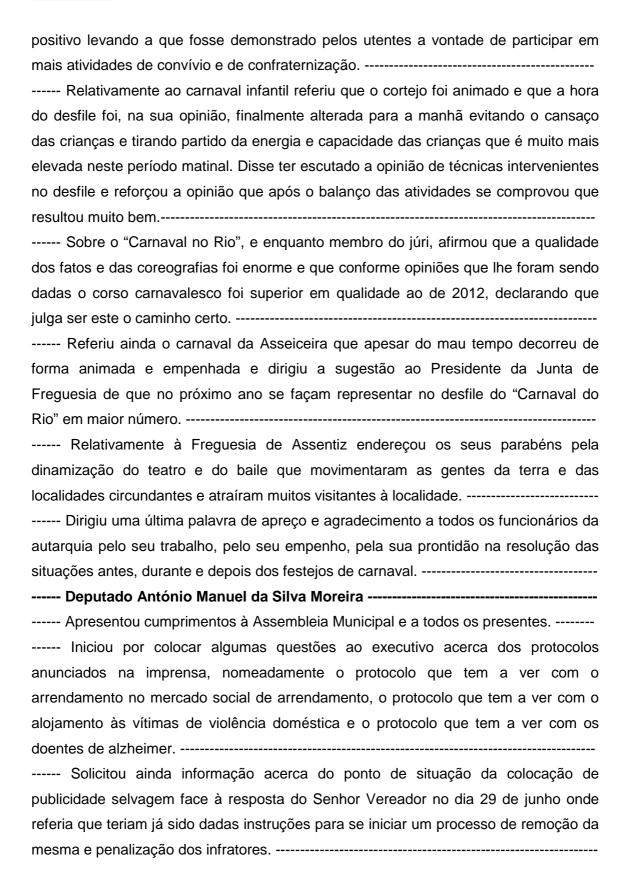








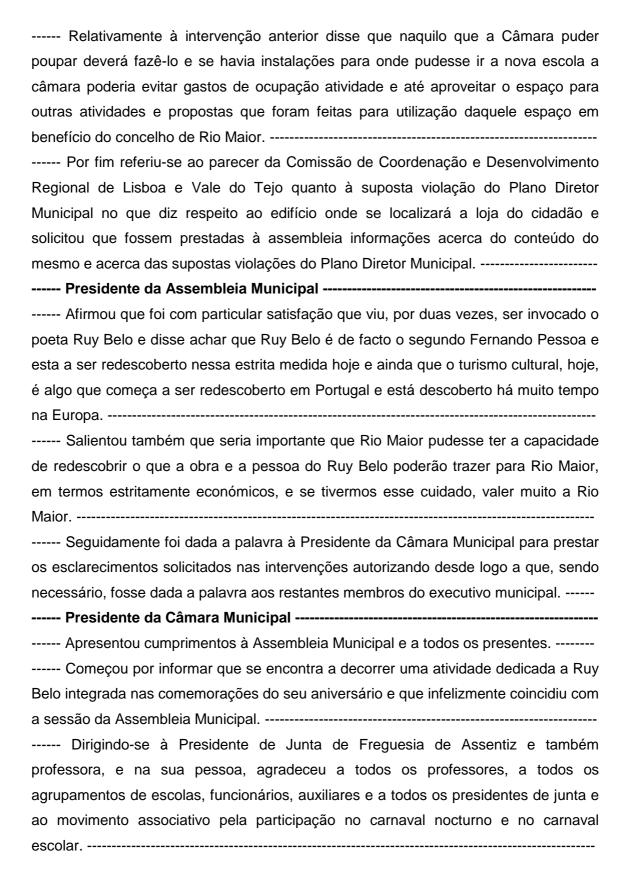




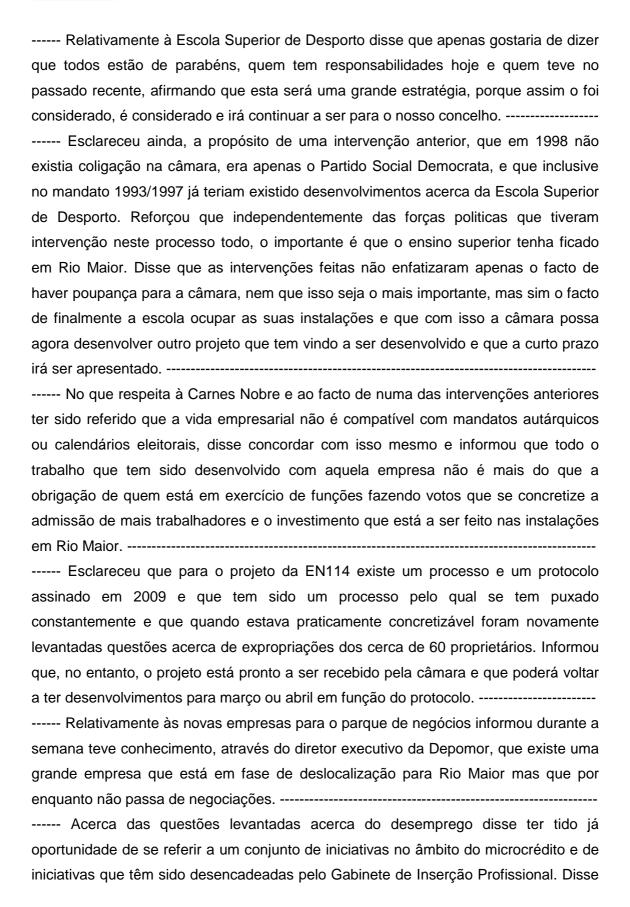


----- De seguida pronunciou-se acerca da Escola Superior de Desporto, dizendo que esta começou a funcionar em 1998 e criada em 1997 e que teve a felicidade de fazer parte do leque inicial de docentes e de acompanhar de perto todas as evoluções. Disse ainda que mesmo antes de pertencer a esta assembleia e de residir em Rio Maior sofria permanentemente com alegações menos favoráveis na imprensa dos então protagonistas da coligação e o seu posicionamento acerca do assunto e disse ser extraordinário como ainda se continua a não saber aproveitar a vantagem da escola ter sido mantida em Rio Maior e se faça agora, apenas com a mudança de instalações, ver vantagens. Afirmou que um executivo que apenas consegue ver como vantagem o facto de não ter que acomodar a escola em infraestrutura da câmara devido aos custos, não merece a confiança dos riomaiorenses e constitui um atraso e um recuo na estratégia de desenvolvimento de Rio Maior. ----------------------------- Afirmou ainda ser incompreensível que desde o início do presente mandato o plano estratégico que estava a ser desenvolvido para o concelho pelo professor Augusto Mateus, e que delineava uma estratégia de desenvolvimento para o desporto e o ensino do desporto tenha sido esquecido e se considere que a resolução do problema das instalações, que representa uma poupança de três mil euros para a Câmara, seja o mais importante. ----------- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ----------- Iniciou por se referir à recomendação apresentada pela coligação dizendo que não se pretende com esta recomendação revanchismos, revivalismos ou um ressuscitar de velhos fantasmas e nem tão pouco afrontar quem quer que seja, e que se pretende, isso sim, lembrar a história de um país e a sua relação com Rio Maior, dar jus às pessoas que dele fizeram parte como é o caso de Jaime Neves. ------------ Referindo-se ao desemprego disse não ter no momento os dados estatísticos necessários mas que irá providenciar os seus estudos para responder às intervenções feitas durante esta sessão acerca do assunto e disse que aquilo que sabe é que esses mesmos dados dizem respeito fundamentalmente, ou em grande percentagem, a trabalhadores atualmente desempregados mas cujos postos de emprego eram fora do nosso concelho e aqui residentes. Disse também que outro factor determinante nesses números, foram os programas de ocupação de desempregados na altura e que agora voltaram a constar das estatísticas de desempregados. ------





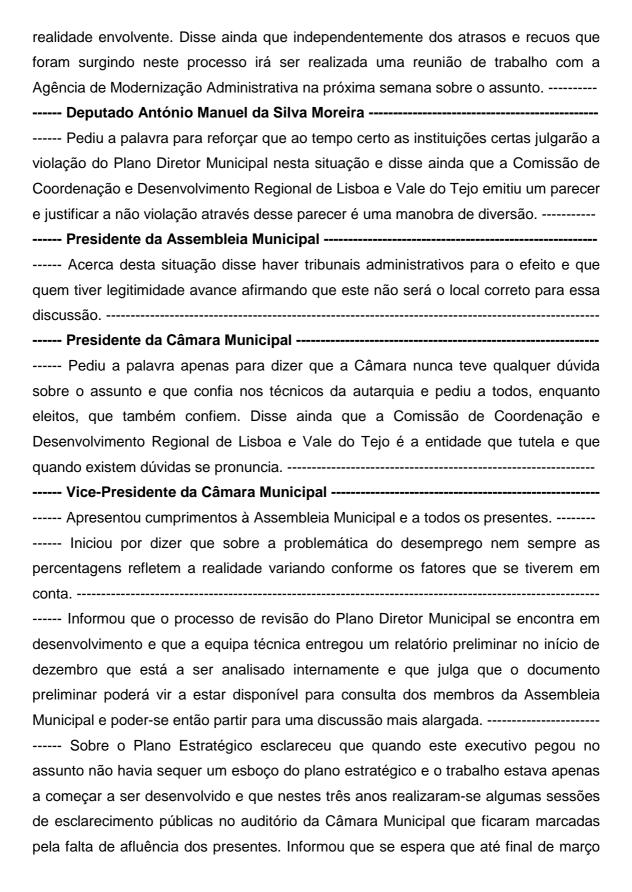




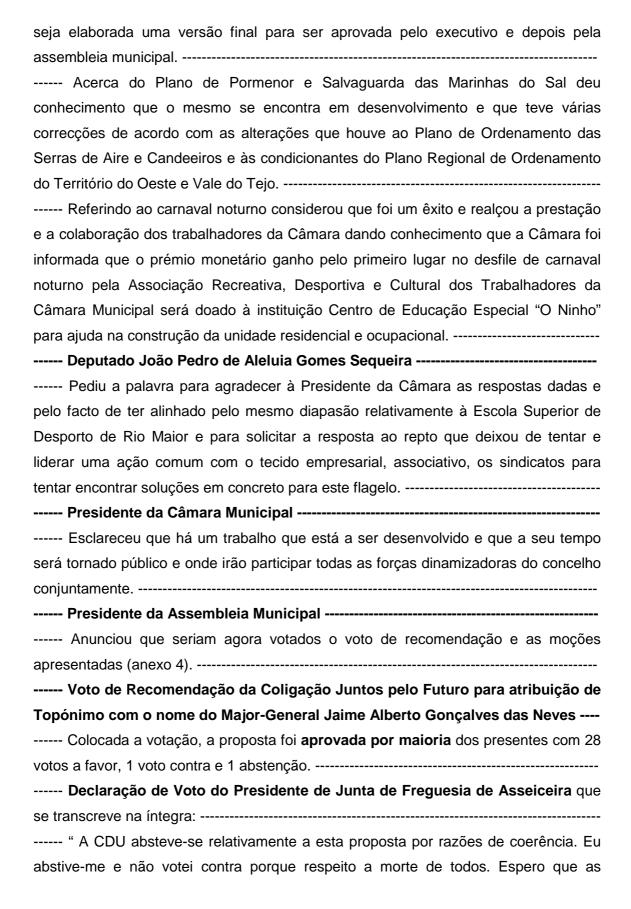


ainda que, independentemente disso, não há dúvida que o desemprego no concelho está a aumentar, abrange utentes de todas as idades e de diversos níveis de qualificação o que tem, também no nosso concelho, levado à procura de trabalho fora do país. Adiantou que as entidades empregadoras têm vindo a diminuir o número de efetivos, despedindo trabalhadores, e que a admissão de novos colaboradores está estagnada, verificando-se também muitas vezes o fecho das empresas. Informou que o trabalho de divulgação das iniciativas pelo Gabinete de Inserção Profissional é reconhecido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Reconheceu que estas poderão não ser medidas de combate ao desemprego, mas são medidas de ajuda a quem está nessa condição e que procura colocação. ---------------------------- Relativamente aos protocolos de delegação de competências informou que, como é do conhecimento dos presidentes de junta, espera durante o mês de março levar a aprovação os protocolos para 2013 e disse que pendentes de 2012 estão cerca de trinta e nove mil euros em despesas correntes e cerca de cem mil euros em despesas de capital. Disse ainda que foram feitas transferências no decorrer desta semana. ---------- Em relação ao ponto de situação dos protocolos do arrendamento no mercado social de arrendamento, do alojamento às vítimas de violência doméstica e do protocolo acerca dos doentes de alzheimer, informou que acerca deste último a associação solicitou o apoio da câmara, para além das instalações já protocoladas, do transporte dos técnicos e o assunto será presente à próxima reunião de câmara, que acerca do protocolo de apoio à vitima este seguiu para a Associação Nacional de Municípios e se aguarda indicações para se efetuar os respetivos encaminhamentos e que o protocolo do arrendamento social seguiu para a Norfin, empresa responsável pela implementação do programa para que estes indiquem quando pode ser feita a receção das candidaturas. ----------- Sobre o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo acerca da suposta violação do Plano Diretor Municipal na construção do edifício do espaço multifunções onde irá ser instalada a loja do cidadão, informou que efetivamente o parecer já foi emitido e que o seu conteúdo confirma não haver qualquer violação às normas regulamentares e que inclusive não se pode indicar uma cércea como dominante no conjunto do edificado e que apesar de estarmos perante um edifício que no conjunto dos dezanove levantados apresenta a cota de beirado mais alta, a cércea não pode ser considerada como dissonante da









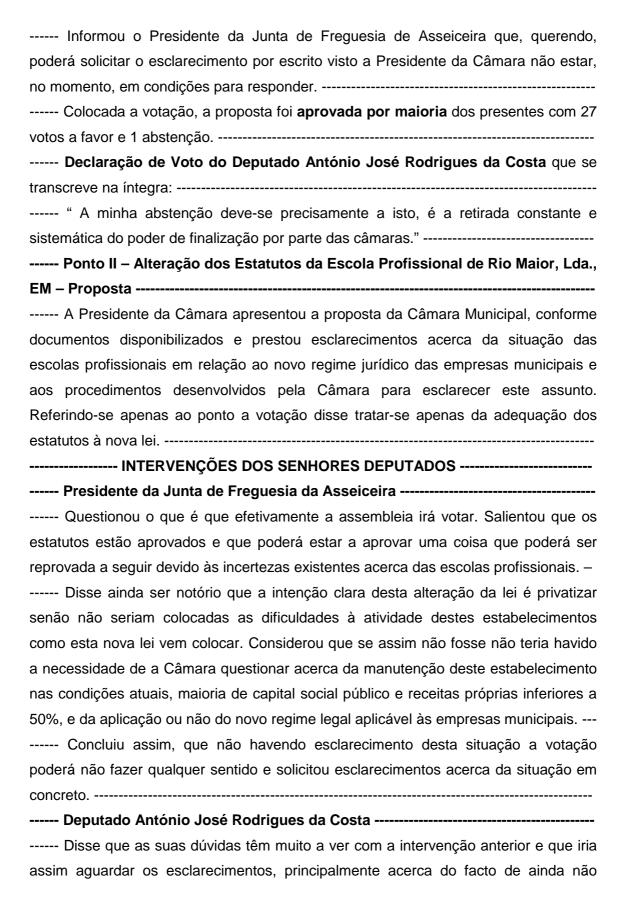


pessoas olhem para este voto de abstenção com a noção de que ainda não foram
homenageados homens tão importantes, da mesma forma, para a democracia
portuguesa e para a liberdade, pela luta contra a ditadura, como o Capitão Salgueiro
Maia, como Álvaro Cunhal, já foi aqui aprovada há dez anos uma recomendação, e
José Saramago como um ribatejano
Penso e espero que as palavras da líder da bancada do PSD e da Coligação não
signifiquem o acumular de dados e sinais que levem a CDU a pensar que isto é um
revanchismo. Eu, Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, passei muito e sofri muito
por causa das práticas de alguns senhores como o Jaime Neves."
Moção do Bloco de Esquerda em defesa da autonomia dos municípios na
definição de tarifários dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos
sólidos urbanos
Colocada a votação, a proposta foi rejeitada por maioria dos presentes com 7
votos a favor, 20 votos contra e 3 abstenções
Moção da Assembleia Municipal contra as novas regras de faturação
eletrónicas aplicadas ao movimento associativo de raíz popular
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com 28
votos a favor e 2 abstenções
Moção da Assembleia Municipal em defesa do Poder Local Democrático
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com 26
votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções
Moção da Assembleia Municipal sobre a proposta de alteração da Lei das
Finanças Locais
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
PERIODO DA ORDEM DO DIA
ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO
CIMLT - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para
2013
Assunção de Compromissos Plurianuais
Atividade Municipal (anexo 5)
A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia
Municipal de acordo com a documentação disponibilizada
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira

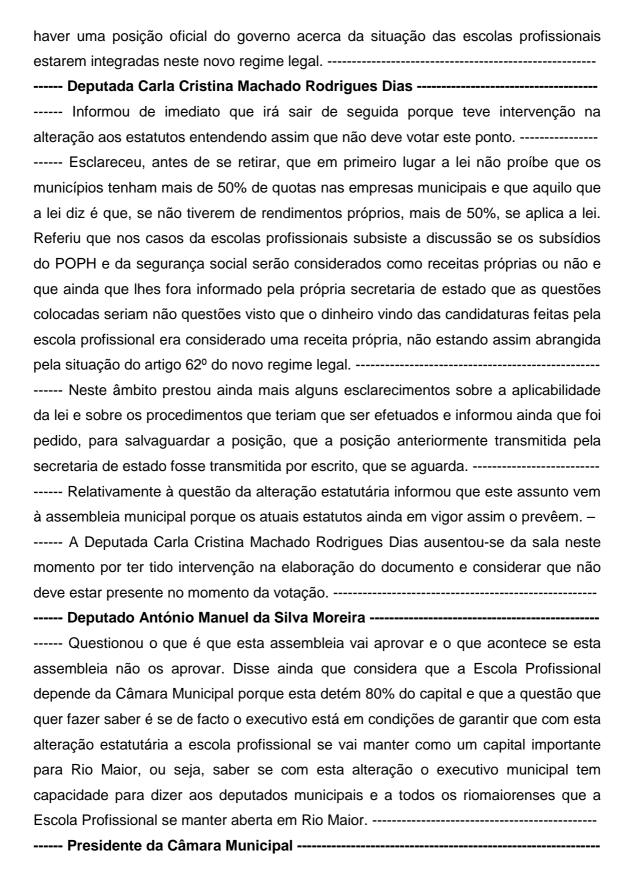


Referindo-se aos documentos para conhecimento disse que relativamente ao
Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da CIMLT, onde vem
referido que esta comunidade tem como missão politicas, planos, programas, projetos
e ações que contribuem para o desenvolvimento integrado da região da Lezíria do
Tejo, poderemos ver que esta comunidade não é mais que "uma câmara para fazer as
vezes da câmara", com a diferença que não estão sujeitos a eleições. Salientou que
toda a sua atividade é retirada às câmaras apesar de alguns autarcas pensarem que
este tipo de economia de escala lhes é favorável. Afirmou que poderá sê-lo em alguns
casos mas noutros não o é, retirando competências às autarquias passando para
CIMLT toda a programação da região, em todas as áreas, deixando de haver politicas
locais e o verdadeiro exercício do poder local democrático
ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO
Ponto I – Nomeação de Fiscal Único da Desmor, EM, SA – Proposta
A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme
documentos disponibilizados
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira
Questionou quanto é que este custa ao erário público apenas para conhecimento
e sem qualquer sentido depreciativo associado
Deputado António Manuel da Silva Moreira
Interveio para dizer que este ponto é o resultado do esvaziamento de
competências do poder político autárquico. Acrescentou que com a reforma das
empresas municipais é retirada qualquer capacidade de fiscalização a forças politicas
passando esta para a esfera do executivo, ficando apenas a nomeação do fiscal único.
Disse que ainda assim nada tem a opor e indicou o sentido de voto como favorável
Presidente da Assembleia Municipal
Deu a palavra à Presidente da Câmara para os esclarecimentos necessários
Presidente da Câmara Municipal
Esclareceu que se trata da adequação do funcionamento das empresas
municipais e que decorre da lei, e dos próprios estatutos, a submissão destes
assuntos a deliberação da assembleia municipal. Informou ainda que o valor a pagar
ao fiscal único decorre por conta da Desmor e que não tem, no momento,
conhecimento do mesmo
Presidente da Assembleia Municipal





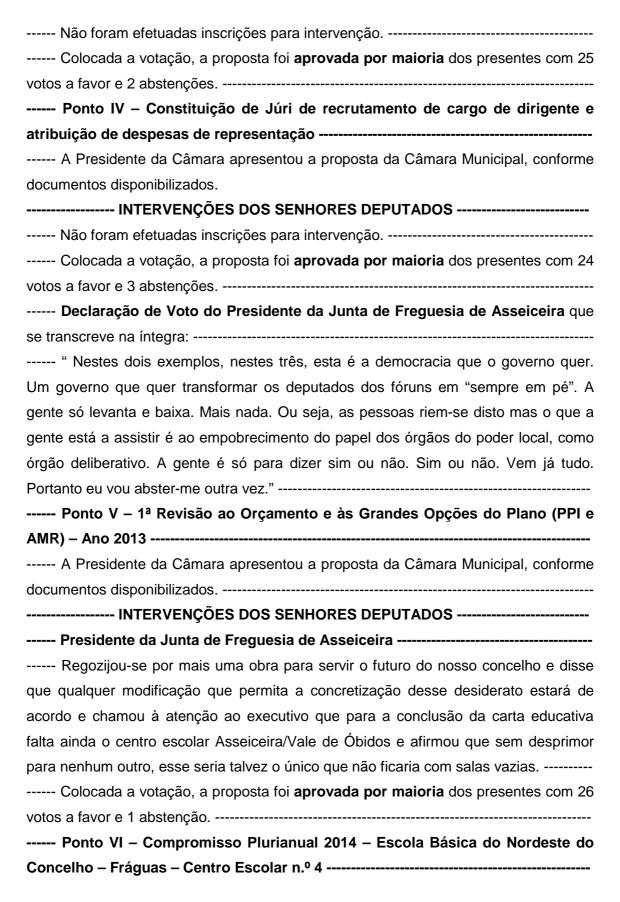






Esclareceu que a lei saiu em agosto e prevê o prazo de seis meses para adequar
os estatutos de acordo com a mesma e também ainda que a alienação ou
transformação da empresa teria que decorrer até ao dia 28 de fevereiro e que aquilo
que se pretende com esta votação é a adequação dos estatutos. Disse que perante as
dúvidas existentes relativamente a esta nova lei o que tem sido feito é o pedido, por
escrito, da posição da administração central de que as escolas profissionais não se
incluem no artigo 62º da lei em causa, que até ao momento não foi ainda formalizado,
havendo, no entanto, informação informal de que o sentido do parecer da DGAL é as
escolas profissionais não se incluem naquele artigo por serem consideradas receitas
próprias as candidaturas feitas pelas mesmas
Voltou a referir que quando se diz que a escola profissional depende em 0% da
Câmara se refere à parte contabilística e não institucional ou de capital social
Esclareceu ainda que a decisão de alienação ou transformação da empresa até
ao dia 28 de fevereiro só aconteceria se o entendimento fosse diferente daquele que
foi transmitido e por isso a insistência numa posição formal e por escrito, para
salvaguardar a posição tomada
Por fim disse que o que está para aprovação é a adequação dos estatutos atuais
de acordo com a nova lei que está em vigor desde agosto de 2012
Presidente da Assembleia Municipal
Para resumir e terminar a discussão esclareceu que os últimos estatutos aqui
aprovados há cerca de dois anos dizem que obrigatoriamente as suas alterações têm
que ser presentes à assembleia Municipal
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com 27
votos a favor e uma abstenção
Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira que se
transcreve na íntegra:
" Votamos favoravelmente com a certeza de que esta alteração estatutária nada
alvear a continuação da Escola Profissional com capitais públicos e como pólo de
desenvolvimento do concelho."
Ponto III – Nomeação de Fiscal Único da Escola Profissional de Rio Maior,
Lda., EM – Proposta
A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme
documentos disponibilizados
INTERVENCÕES DOS SENHORES DEPUTADOS







A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme
documentos disponibilizados
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira
Questionou a Câmara Municipal para quando o cumprimento da Carta
Educativa
Vice - Presidente da Câmara Municipal
Esclareceu que a Carta Educativa, embora esteja aprovada, é um instrumento
indicativo e que para ser concretizada é necessária capacidade financeira. Disse ainda
que o centro escolar das Fráguas só avança porque o POPH conseguiu disponibilizar
verba para o efeito
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com 26
votos a favor e 1 abstenção
Ponto VII - Declaração de Interesse para a comunidade - Fábrica da Igreja
Paroquial de Alcobertas
A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme
documentos disponibilizados
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da
Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na
presente sessão
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
Presidente da Assembleia Municipal
Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições
em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a
ser do conhecimento de todos os presentes
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Senhor João Narciso Verde da Costa – Vale de Óbidos
Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes
Iniciou por referir que integra o movimento associativo há já trinta e um anos com
trabalho verdadeiramente voluntário e que afirmou que referiu este dado para dizer
que, embora seja a primeira vez que fala sobre o assunto na assembleia municipal, é



importante que se registe a dificuldade que alguns dirigentes do movimento associativo estão a atravessar, concretamente aqueles que fizerem parte do União Desportiva de Rio Maior e que têm agora um problema grave e que tudo deram e em nada oneraram os serviços públicos e a fazenda pública. Disse ainda que, por isso, e tendo a câmara municipal conhecimento desta realidade, se eventualmente vier a esta assembleia municipal a passagem do património definitivo para a posse dos futuros membros que serão eleitos no dia 2 de março, os próximos órgãos sociais do União Desportiva de Rio Maior, no sentido de uma vez por todas se limpar estes que tanto deram ao movimento associativo neste concelho e em prol do seu desenvolvimento, afirmou que gostaria que ficasse aqui o registo, nesta assembleia municipal, porque considera que com toda a certeza irá fazer fé em todas as alegações que os futuros órgãos sociais irão ter perante todo este problema. ----------- Senhora Aida Francisco - Rio Maior ----------- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ----------- Congratulou-se pelo facto de este executivo ter contratado para a requalificação da cidade um arquiteto com um sentido estético muito apurado e pediu licença para ler uma carta que enviou à Câmara Municipal relacionada com as obras a decorrer e para a qual não teve ainda qualquer resposta. Disse ainda que tendo em conta que foi aqui elogiada a poesia considerou que é bom que também alguém defenda a natureza e que sendo formada nessa área pode falar com conhecimento de causa. ----------- De seguida leu a carta enviada à Câmara Municipal onde refere que deixou alguns alertas acerca de alguns erros que considerou existirem no desenvolvimento das obras de requalificação da cidade, nomeadamente no que respeita às árvores retiradas dos separadores centrais da Avenida Dr. João Calado da Maia e se estar a cometer o erro de plantar ciprestes na Avenida João Ferreira da Maia. ----------- Disse ainda que em reunião de Câmara foi explicado que estava a ser retirada a vegetação porque estaria a danificar o separador, o que considera improvável porque nunca viu o separador partido. Acrescentou também que se há um propósito destes numa das ruas, em outra o conceito ser completamente diferente e com a agravante de se utilizar umas das árvores que mais poderá danificar o pavimento. ------------- Referiu ainda a implantação da ilhas subterrâneas para recolha do resíduos na Avenida Dr. João Calado da Maia e que considera uma atrocidade para com as palmeiras ali existentes. Afirmou que como todos sabemos as três palmeiras que estão no local têm no mínimo noventa anos devendo, por isso, haver uma maior



atenção com o que se faz, já que grande parte das raízes foram permanente e
significativamente danificadas
Informou também que foi com desagrado que quando se deslocou à reunião de
Câmara recebeu respostas do executivo municipal, no mínimo, desagradáveis e pouco
cuidadas, escusando-se assim da participação nestas reuniões
Por fim disse saber que não caberá a si própria decidir sobre as melhores opções
a tomar nas intervenções feitas pelo Município de Rio Maior mas revelou a sua tristeza
pelas opções tomadas quando poderiam ter optado por outras possíveis que
ajudassem a preservar o pouco que ainda temos
Presidente da Câmara Municipal
Relativamente à primeira situação exposta disse conhecê-la bem e em relação à
segunda explicou o desenrolar do projeto de requalificação para a zona, da autoria do
arquiteto Rolo Tavares, e disse haver duas situações sensíveis na execução do
mesmo, sendo uma delas o corte da árvores e a outra a redução de estacionamento
Esclareceu que no que diz respeito ao corte das árvores foi-lhe aconselhado pelo
próprio autor que houvesse a coragem de ser fiel ao projeto que contemplava o esse
mesmo corte das árvores no separador central e disse ainda que foi elaborado um
inclusive um parecer técnico para o corte das mesmas e onde se dá conta que
aquando desses trabalhos foi verificado que as árvores se encontravam em mau
estado vegetativo potenciando o seu risco de queda para a via pública e ainda que no
projeto inicial era proposto o corte de todas as árvores do separador pelos problemas
evidentes de más formações e riscos de morte
Informou também que não estavam previstas as ilhas ecológicas no projeto inicial
para aquele local, mas que de acordo com orientações técnicas a palmeira nunca teria
risco de cair por ser de raíz prumada
Presidente da Assembleia Municipal
Terminou o período de intervenção do público e informou que não tendo sido
suficiente o esclarecimento dado pela Presidente da Câmara poderiam ser solicitados
esclarecimentos adicionais por escrito a Câmara Municipal ou para a Assembleia
Municipal
ENCERRAMENTO
Quando eram dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia
Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para



constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser
apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa
O PRESIDENTE DA MESA:
O PRIMEIRO SECRETÁRIO:
O SEGUNDO SECRETÁRIO:
O PRIMEIRO SECRETÁRIO: